

37º Encontro Nacional Anual da ANPOCS
ST13 - Metamorfoses do rural contemporâneo

PLURIATIVIDADE E GÊNERO NO ESPAÇO RURAL FRANCÊS

Patrícia Alves Ramiro
UNESP/bolsista CAPES

PLURIATIVIDADE E GÊNERO NO ESPAÇO RURAL FRANCÊS ¹

Patrícia Alves Ramiro
UNESP/bolsista CAPES

Neste início de século XXI, começa-se a falar na existência de um processo de masculinização do campo francês. A modernização iniciada através de altos investimentos públicos pós duas grandes guerras mundiais, deram, após período de superprodução agrícola na década de 1960, da chegada das indústrias no campo e do surgimento da ideologia neo-ruralista, na década de 1970, lugar à discussão dos diversos usos do espaço rural.

Numa tentativa de compreensão das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais em curso, pesquisadores de diversas áreas se puseram, cada um segundo seus paradigmas, a analisar a questão a partir da relação campo/cidade. No processo de reconstrução de uma Europa devastada pelas guerras, medidas foram tomadas afetando diretamente a configuração sócio espacial anterior já bastante debilitada, quer pelas baixas de guerra ², quer pela destruição material de muitas cidades ocasionada pela ocupação alemã na França.

No caso do campo os temas privilegiados pelas ciências humanas girarão em torno do êxodo rural, da proletarização do camponês, da profissionalização dos jovens na agricultura (característica necessária para obtenção da “Dotação para Jovens Agricultores” (DJA))³, da profissionalização, em lugar da transmissão intergeracional, do

¹ Trabalho realizado com o apoio financeiro da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da concessão de bolsa de estágio pós doutoral no exterior.

² Para uma noção dos impactos da guerra, com a Primeira Guerra Mundial 30% da população masculina ativa é retirada das usinas e dos campos. Dos 5.200.200 homens em atividade recenseados em 1911, entre 1.500.000 a 2.000.000 são retirados dos meios de produção para servir na guerra (GERVAIS; JOLLIVET; TAVERNIER, 1976, p. 39). E sobre a Segunda Guerra, afirmam os mesmos autores que, em 1942, a França estava inteiramente ocupada. Seu comércio exterior era praticamente nulo. A zona ocupada pelos alemães representava 55% do território francês, 67% da população total e 57% dos agricultores (GERVAIS; JOLLIVET; TAVERNIER, 1976, p. 91). Para eles, « en tant qu'espace économique national, Il est à peine exagéré de dire que, en 1940 à 1944, la France n'existe plus » (GERVAIS; JOLLIVET; TAVERNIER, 1976, p. 92).

³ Estabelecida inicialmente em 1973 para as áreas de montanha e depois estendida à todos os jovens em 1976. Sobre o tema conferir, especialmente, o artigo de Sylvain Maresca, *Le théâtre de la profession. Le*

surgimento das organizações sociais dos agricultores em grupos através dos “Grupamentos Agrícolas de Exploração Comum” (GAEC) e da sindicalização dos agricultores.

As alterações no espaço social francês terão consequências nas identidades e práticas reais e ideais para reprodução social da família rural. Sendo assim, dentre as diversas abordagens possíveis, opto, neste trabalho, por apresentar algumas considerações sobre a questão do papel da mulher no espaço rural francês.

Obviamente, ao falarmos das transformações ocorridas no sentido de “ser mulher” é preciso estar ciente de que a noção é uma categoria construída culturalmente e, portanto, com significados diversos conforme contexto histórico vivenciado. Todavia, como nos alerta Tilly e Scott (2002), as mulheres sempre foram definidas em relação ao “homem”, implicando relações de oposição às masculinas, tendo seus papéis e status sociais uma relação, explícita ou implícita, aos dos homens.

Pretendo compreender como é construída a imagem das mulheres, e, por consequência, dos homens do campo, que optam pela adoção do turismo como uma das atividades produtivas no âmbito da propriedade familiar.

Neste trabalho partimos da hipótese de pesquisa de que a pluriatividade baseada na combinação entre atividade agropecuária e turismo na propriedade demonstra a tentativa da preservação da autonomia da família rural, tornando possível a manutenção do espaço rural como lugar de moradia e de trabalho para o casal.

Como metodologia de pesquisa realizou-se pesquisa de campo em propriedades onde existem os chamados *gîtes* rurais, casas próximas à do proprietário alugadas para turistas.

Para essa pesquisa hospedei-me pelo período de uma semana em cada um dos dois *gîtes* que darão suporte às reflexões apresentadas. Obviamente, o trabalho não pretende e nem poderia dar conta da imensa diversidade e propósitos das famílias inseridas nesse segmento turístico. Todavia, ao permitir uma aproximação mais íntima no cotidiano da propriedade, viabiliza uma abordagem mais qualitativa, com pretensão de interpretar como família, propriedade, produção e prestação de serviços tomam forma para organização social destes espaços.

Neste artigo, analiso duas famílias cuja principal diferença reside na existência ou não de atividades agropecuárias. No primeiro gîte, visitado no final de dezembro de 2012 e início de janeiro de 2013, o casal não exercia nenhuma outra atividade na propriedade, além do turismo.

Já no segundo estudo de caso, o casal, além do gîte, possui rebanhos de cabras para fabricação de queijo e obtenção de lã. Toda a produção era transformada na propriedade, através da fabricação de queijos de cabra e vestimentas, cobertas e afins feitos com lã da cabras.

Tal diferença será relevante para compreensão, como veremos adiante, das transformações dos espaços rurais conforme sua localização geográfica no espaço produtivo francês.

De antemão a problemática das técnicas de pesquisa mais adequadas se colocou, afinal, nesse caso de análise de terreno, a observação direta sem a identificação da pesquisadora seria a maneira mais apta a não interferir nas práticas adotadas pelos anfitriões da fazenda. Assim, havia a possibilidade de se “fazer passar” por turista e fazer um relato etnográfico das mesmas a partir do meu ponto de vista.

Todavia deixar de esclarecer os objetivos da hospedagem inseria, em meu “imaginário científico”, duas outras questões: seria ético observá-los sem que o soubessem? Ainda que, nesse caso, eu pudesse optar pelo anonimato dos sujeitos analisados? E, talvez a mais importante e que na prática pesou para que, em algum momento de minhas estadias, que a identificação fosse feita, era a necessidade da etapa que Roberto Cardoso de Oliveira descreveu sobre o trabalho do antropólogo que é a de “ouvir”. Assim, saber qual o significado das ações percebidas sob o ponto de vista dos atores sociais foi fundamental para aprofundar o sentido das trajetórias de vida que os levam a optar pelo turismo em prol de outra opção.

Devido à diversidade de regiões francesas com suas especificidades, optamos por selecionar os gîtes localizados na região *Aquitaine*, mais especificamente no departamento denominado *Pyrénées Atlantiques*, sudoeste da França.

Como grande parte da França, a região foi bastante afetada pela guerra, tendo a estrutura familiar abalada, quer pela ausência de homens para trabalhar a terra devido às baixas de guerra, ou, em sentido mais amplo, a difícil questão da hereditariedade da propriedade para reprodução social da família.

Mudanças sociais no espaço rural francês:

A fim de compreender a atualidade da organização social do espaço familiar rural faz-se relevante um breve relato do contexto histórico da França no período pós guerras, afinal, o momento é caracterizado por enormes transformações, materiais e ideais sobre a identidade social dos agricultores, concomitantes com a modernização da agricultura do país.

Para Lamarche (1987) a modernização agrícola francesa no período pós guerra foi possível pois conciliou a vontade capitalista global pelo aumento da produção com a crise da sociedade camponesa. Crise profunda, que se materializa conforme a aceleração do êxodo rural da população ativa agrícola, seguida pela diminuição do número de explorações familiares pequenas.

Naquele contexto, os grupos sociais mais pobres, ou por assim dizer, os menos estruturados não conseguem se reproduzir. Um bom número de explorações são abandonados, liberando assim terra para aqueles que restam (LAMARCHE, 1987).

Para sair dessa crise será necessária uma transformação da agricultura. Interessava à todos buscar alternativas: ao Estado, às indústrias agrícolas e para-agrícolas e aos camponeses.

Esta crise dos pequenos exclui a possibilidade do trabalho assalariado no campo. Sendo assim, serão os agricultores familiares a base socioeconômica mais apta às transformações necessárias (LAMARCHE, 1987; GERVAIS; JOLLIVET; TAVERNIER, 1976).

Todavia, é preciso lembrar a amplitude e as variações do conceito de agricultura familiar. Assim, a definição proposta por Lamarche é que:

A agricultura familiar, tal qual nós a concebemos, é uma unidade de produção na qual propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência destes três fatores para o funcionamento da atividade agrícola gera necessariamente a aparição de noções mais abstratas e complexas, tais como a de patrimônio e reprodução da exploração agrícola. (LAMARCHE, 1987, p.444)⁴

Assim agricultura camponesa e agricultura familiar não são sinônimos, mas sim, a primeira seria apenas uma das formas possíveis da diversidade da segunda. Por não

⁴ Tradução da autora.

serem definidas a partir de seu modo de produção, pode-se encontrar comportamentos tanto próximos das explorações camponesas quanto extremamente integrados ao mercado, funcionando como verdadeira empresas agrícolas.

O significado do conceito de agricultor será fortemente definido “de fora”, seguindo interesses políticos definidos juridicamente.

A primeira lei agrícola de 1960 e sua lei complementar, conhecidas como leis Debré-Pisani⁵, terá como principal traço a formação de um novo tipo de agricultor, pois, para que a política fosse implementada precisou-se definir qual seria o tipo de estabelecimento agrícola capaz de assumir os contornos agrícolas desejados. Feito isso, estariam definidos aqueles que teriam direito a benefícios técnicos e econômicos por meio de subvenções específicas (RÉMY, 2004).

Segundo essa nova política, tem-se a seguinte definição de unidade de produção típica na década de 1960:

A unidade de produção típica da política agrícola era um estabelecimento familiar que empregasse dois membros da família em tempo integral de tal maneira que pudesse subsistir e reproduzir-se sem precisar de rendas exteriores. A **pluriatividade era então considerada um arcaísmo e um socorro** do qual se deveria afastar. Esse estabelecimento agrícola, para ser “viável” e assegurar remuneração comparável à de outras camadas sociais “médias” (objetivo da paridade econômica e social), devia dispor de dimensão econômica suficiente, na época medida em superfície (ou parâmetro equivalente no caso de produções sem solo). (RÉMY, 2004, p. 09-10. Grifo da autora)

Além do impedimento de outras opções de atividades não-agrícolas para complementação da renda familiar, ao pressupor ao menos a presença de “dois membros da família”, tornava o casal o tipo ideal de agricultura familiar.

A obrigatoriedade do tamanho mínimo da propriedade a ser beneficiada pelas políticas agrícolas, definidas legalmente pelo o conceito de “superfície mínima de instalação” (SMI), fez com que os jovens oriundos das pequenas unidades e que não conseguiam aumentar suas terras eram convidados a deixar a agricultura e a ingressar nas fileiras dos operários ou empregados. Numa época, cabe destacar, de grande demanda de mão de obra nas indústrias e no setor de serviços urbanos. Assim, muitos se

⁵ Em referência aos nomes de seus principais elaboradores, o primeiro-ministro Michel Debré e o ministro da agricultura Edgard Pisani.

encaminharam para as cidades em busca de oportunidades de trabalho (RÉMY, 2004, p.10).

Neste momento de fragilidade do campesinato, a política de uma agricultura auto-suficiente e produtivista, vem expropriar os menores e mais frágeis em prol dos médios proprietários. Para alguns, às constantes crises e a ausência de mão de obra assalariada fizeram com que apenas o agricultor familiar fosse capaz de se submeter a tal ritmo de trabalho incerto. (LAMARCHE, 1987)

Nesta política de clara de subvenção condicionada à produção em grande escala e baseada na mão de obra de um casal, surge a figura dos intermediários (ligados ao Estado ou outras instituições de assistência técnica) que deverão ensinar a profissão de agricultor, tida não mais como um modo de vida herdado, mas sim, como um saber fazer profissional como qualquer outro.

Do ponto de vista quantitativo a proposta foi bem sucedida, tendo a França se tornado já na metade da década de 1970, um dos principais países exportadores agrícolas da Europa. Importante destacar que, nesse sentido, a modernização da agricultura francesa se constitui sobre as bases de uma força de trabalho e de um capital essencialmente familiar.

Doravante, os danos ambientais e os impactos no modo de vida de vida irão colocar em xeque o modelo adotado. A partir da década de 1980, com as preocupações ambientais acopladas à desilusão de muitos com o modelo adotado, aparecerá uma nova mentalidade sobre o significado do rural e da agricultura no que se refere à qualidade do produto.

Após essa fase em que eram reconhecidos como “verdadeiros” agricultores apenas aqueles que exerciam exclusivamente atividade(s) agrícola(s) e/ou pecuária(s), as alterações nas representações sobre a preservação ambiental acopladas à ideia de uma nova ruralidade, irão, principalmente, à partir da Lei de Orientação Agrícola de 1992 e da criação dos Contratos Territoriais de Estabelecimentos (CTEs), ter o reconhecimento legal de que cabem, também, ao meio rural, funções outras além da produção agrícola, a saber: a preservação ambiental, a segurança alimentar e a salvaguarda do patrimônio material e imaterial destas áreas.

Neste processo de constante repensar do espaço agrário, fala-se na pluriatividade exercida pelas mulheres fora de suas propriedades, tidas como cada vez mais

desnecessárias para a execução de uma agricultura fortemente mecanizada. Todavia, vemos o movimento contrário quando são adotadas atividades turísticas em complementariedade à produção agropecuária nalgumas fazendas.

Gênero e pluriatividade nas propriedades rurais

O caso dos gôtes rurais: campo & cidade

Para muitos pequenos que haviam ficado à margem do mercado, a estratégia de um cultivo orgânico, *fermier*, plantas medicinais, perfumes ou similares será uma forma não de um simples retorno ao passado, mas de uma verdadeira reinvenção do significado do espaço rural.

Numa clara preocupação com a qualidade do produto e do processo, as maneiras de produzir serão questionadas num momento em que as mulheres se viam “induzidas” a aceitarem sub-empregos de meio período nas cidades próximas para auxiliarem na reprodução da família. Outras consequências dessa saída da esposa da esfera doméstica foram bem destacadas por Bessièrre (2010) ao demonstrar o surgimento de separações conjugais no espaço das vinícolas de Cognac, práticas antes inéditas nas famílias agrícolas.

O fato é que o interesse de homens e mulheres conforme as representações que fazem da vida na cidade e no campo irão, desde o início da modernização agrícola, gerar discursos divergentes sobre a temática.

Como alertava Bourdieu, já na década de 1960, em sua obra clássica, porém pouco conhecida no Brasil, *Le bal des célibataires*, a principal diferença entre as mulheres e os homens do campo residia no fato delas terem maior facilidade para adoção dos modelos culturais urbanos, “uma vez que a cidade representa para elas a esperança da emancipação”. (BOURDIEU, 2002, p.88)

As mulheres aspiravam à vida citadina, pois, para elas, significava conforto, civilidade e diversão. Acostumadas às revistas de moda que chegam da cidade e mais escolarizadas, geralmente, que os homens, conseguiam se adaptar mais rapidamente, buscando essa vida através do casamento com um homem do *bourg*.

As percepções que as mulheres e os homens do campo terão sobre a cidade é decorrente de como aderem os estímulos recebidos conforme seus respectivos sistemas culturais, os quais são diferenciados entre os sexos. Na fala de Bourdieu (2006, p. 89):

A camponesa fala bem a língua da moda urbana porque a entende bem, e a entende bem porque a “estrutura” de sua língua cultural a predispõe para isso. O que os camponeses e as camponesas percebem, tanto no morador da cidade e no mundo da cidade como também nos outros camponeses, é pois em razão de seus respectivos sistemas culturais.

Desta maneira, Bourdieu consegue esclarecer porque houve um aumento significativo, naquele período, do número de camponeses solteiros, visto que, ao incorporarem às representações vindas da cidade, as mulheres tendiam a desmerecer os agricultores como potenciais maridos. Ou seja,

Em virtude da dualidade dos quadros de referência, consequência da diferente penetração dos modelos culturais urbanos em ambos os sexos, as mulheres julgam seus conterrâneos camponeses segundo critérios que não lhes dão nenhuma chance. (BOURDIEU, 2006, p. 90).

Se naquele período aparecia a problemática da “reprodução impossível” (WACQUANT, 2006), a discussão de gênero em referência à valorização do espaço rural através do turismo se apresenta propícia ao viabilizar a permanência das esposas na propriedade.

O surgimento de diferentes marcas e/ou selos em prol da abertura das propriedades rurais aos turistas, presentes em diferentes marcas e/ou selos para hospedagem ou venda direta aos turistas no meio rural tornaram viável a ampliação de atividades “tipicamente femininas” para fins de mercado em suas propriedades.

Ao percorrermos as estradas francesas somos tomados por uma crescente presença de placas com sinalizações para compra direta nas propriedades de artesanatos, queijos, compotas, mel, vinhos e serviços de hospedagem.

Com o intuito claro de controle e delimitação dos formatos destes serviços, as marcas e selos criados, com ou sem a participação ativa dos moradores do espaço rural, formatam uma diversidade ampla capazes de atrair grupos sociais bastante distintos.

Nesse caso, optamos por analisar as hospedagens vendidas pela marca “gîtes rurais”, a mais expressiva quantitativamente no país. Surgidos oficialmente na década de

1950 através da fundação da *Fédération Nationale des Gîtes de France* era, em sua concepção inicial, uma proposta de opção de lazer à baixo custo ao operariado urbano francês ⁶.

Segundo definição da Federação, os gîtes rurais são imóveis de turismo mobiliados e situados numa casa de qualidade, de preferência de caráter regional. São excluídas as casas situadas em condomínios e as casas desprovidas de espaço exterior. Duas exceções possíveis: nas zonas de montanha e nas *villages* “tradicionais”.

O gîte rural deve ser uma casa individual ou um alojamento independente anexado à moradia do proprietário, não podendo ser situado em imóvel de construção vertical. As casas utilizadas para este fim devem conter, no máximo, cinco quartos e não podem ultrapassar dois andares. Nos casos de oferta de mais de um gîte numa mesma propriedade, o proprietário deverá assegurar que todas as providências técnicas foram tomadas a fim de evitar incômodos entre os vizinhos. Um gîte rural também não pode estar localizado embaixo de imóvel comercial ⁷.

Inicialmente, existiam apenas no espaço rural. Todavia, a descoberta deste formato como um nicho de mercado turístico fará com que os mesmos se espalhem por todas as áreas do país. Hoje, apenas na França, existem 49.000 gîtes dispersos em todas as regiões.

Aqui cabe destacar uma primeira e importante revelação: a dimensão temporal não tão recente desta forma de turismo, como muitos pensam sê-la. A análise histórica dos gîtes mostra que a ideologia de sua criação se deu justamente no momento das abruptas transformações do espaço rural francês do período pós-guerra.

Ao que tudo indica, foi uma reação política do partido comunista em prol da resistência de pequenos camponeses, principal categoria expropriada pela política

⁶ Convém lembrar que nesse período, o conceito mesmo de turismo irá permanecer muito próximo da discussão sobre o lazer. Na França, a discussão teórica mais presente será a realizada por Joffre Dumazedier em seu livro “Sociologia do Lazer”, onde vai opor tempo trabalho e tempo livre, inserindo o turismo como uma categoria do lazer que pressupõe o deslocamento por prazer, excluídas as atividades de caráter político, religioso ou obrigação familiar. Atualmente, embora co-existam diversas definições do turismo, algumas até mesmo divergentes, há certo consenso sobre a ideia de tipologias que comportam o turismo religioso, pedagógico, político, entre outros, classificados conforme a motivação do viajante e medido conforme duração mínima de 24 horas fora de seu local de moradia. Obviamente, esse conceito é bastante economicista e visa facilitar cálculos gerados pelas movimentações humanas. Do ponto de vista das ciências humanas, todo encontro entre pessoas fora de seu local habitual de moradia e/ou de trabalho pode se caracterizar como um fato social turístico.

⁷ Informações disponíveis no site: <http://www.gites-informations.fr/gites.htm>. Acessado em 16/04/2013.

modernizadora posta em ação pelo Estado com apoio de outras instituições e, especialmente, pela juventude agrícola⁸.

Politicamente, aparecia a dupla preocupação com as classes populares: de um lado, os camponeses ameaçados pela modernidade e, de outro, o operariado urbano emergente da mesma, o qual passa a ter o direito (e por que não dizer a obrigação também) ao lazer em oposição ao tempo de trabalho.

Todavia, fazia-se necessária a criação de opções de lazer, entre as quais o turismo, por um preço acessível à categoria e cujo formato fosse adequado aos gostos de sua situação de classe. Nesse sentido, a ideia de um período de descanso no meio rural fazia todo o sentido.

De fato, organizados pela *Federation National des Gîtes de France*, a ideia dos gîtes rurais foi a pioneira no país. Criada, poucos anos após a adoção legal de períodos de férias aos trabalhadores assalariados em 1936. Antes, portanto, do *boom* do imaginário positivo referente ao espaço rural.

A viabilidade é o sucesso quantitativo da atividade, parece estar relacionado à valorização simbólica crescente do espaço rural iniciada nas duas últimas décadas do século XX.

Tentando acompanhar essa tendência de valorização, Bertrand Hervieu e Jean Viard irão publicar em 1996 o livro *Au bonheur des campagnes (et des provinces)*, onde apresentarão os resultados de ampla sondagem de campo aplicada em todas as regiões francesas, rural e urbana, visando testar suas hipóteses sobre o desejo crescente pelo meio rural construídas durante suas trajetórias de pesquisas sobre o campesinato⁹.

Os autores demonstrarão que a reconstrução imaginária do campo irá dotá-lo de qualidades anteriormente atribuídas às cidades. De um passado que o identificava ao atraso, isolamento, intempéries climáticas, o meio rural passa representar os sonhos citadinos de liberdade, de solidariedade, de beleza e de saúde. (HERVIEU; VIARD, 1996)

⁸ Sobre este conflito entre as gerações no período modernizador da agricultura francesa os depoimentos de camponeses presentes na obra de Pierre Bourdieu, *A miséria do mundo*, são muito significativos.

⁹ Dentre as obras dos autores podemos citar: HERVIEU, Bertrand; EIZNER, N. *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris : l'Harmattan, 1979. HERVIEU, Bertrand; LÉGER, D. *Des communautés pour les temps difficiles. Neo-ruraux ou nouveaux moines*. Paris : Centurion, 1983. VIARD, Jean ; MARIÉ, Michel. *La campagne inventée*. Paris : Actes Sud, 1977. VIARD, Jean. *Penser les vacances*. Paris : Actes Sud, 1984.

Desejo pelo campo concomitante ao aparecimento da consciência ambiental, levando em conta questões como os recursos hídricos, qualidade do solo e diminuição da poluição. O país terá, assim, um crescimento significativo de famílias que realizam o movimento migratório inverso, formando a categoria denominada de neorurais.

Desta maneira, com o passar do tempo, os gîtes tomaram uma dimensão muito além da esperada. A noção, valorizada em sua criação de conservação do patrimônio e do meio ambiente, aparecerá seguida das palavras “especialmente no meio rural”, em clara referência à sua abrangência, atualmente, também urbana.

Entretanto, oficialmente, ainda mantendo em seu marketing alguns princípios de sua criação irão afirmar que visam participar do desenvolvimento local, contribuindo para a permanência das populações rurais através do aporte de recursos complementares.

A palavra « complementar » apareceria aqui numa clara referência à sua concomitância com outras atividades tidas como “tipicamente” agrárias, como atividades agropecuárias.

Todavia, na prática, o crescimento dos gîtes e a diversidade de seus formatos nos levam a crer que acompanhando as alterações no espaço rural, cada vez mais, as pessoas que aderem à esta marca são aquelas que denominamos de *neo rurais*, ou seja, pessoas que optam pela vida no campo, sem o anseio por atividades produtivas tipicamente agrária que requerem esforço, intensidade e constância.

Sobre esse desejo pelo campo francês, o antropólogo Jean-Didier Urbain (2008) partirá da ideia de que o discurso sobre esse rural é equivocado visto ignorar a realidade destes espaços. Para ele, a busca não é por reviver um “campo perdido” no tempo passado, mas sim, por uma nova ruralidade oriunda de inúmeras mutações em seus moradores. Ao sofrerem o grande êxodo de pessoas oriundas da cidade, isso não torna os novos moradores em camponeses, mas, ao contrário, é o campo que se torna residencial (URBAIN, 2008).

Aposentados ou casais que têm empregos assalariados em cidades próximas são os mais atraídos para oferta deste tipo de serviço. Afinal, ainda que estejam relacionados à sazonalidade do período de férias e às intempéries climáticas, que podem atrair ou

afastar os visitantes, podem, conforme sua vontade, optar por não oferecerem o serviço alguns meses durante o ano¹⁰.

Segundo as normas do selo, os proprietários de gîtes devem, prioritariamente, alugá-los pelo período de uma semana, mas locações de finais de semana ou dias no meio da semana também podem ser praticadas. O que é expressamente proibido pelo selo é ser utilizado como residência principal ou secundária, seja pelo proprietário ou pelo locatário¹¹.

Regras de sociabilidade explícitas e implícitas:

Para compreender de que maneira trocas não materiais ocorrem neste formato de encontro turístico entre visitantes e visitados, utilizarei dos dados de minha experiência etnográfica para descrição e compreensão do mesmo.

No início da pesquisa de campo, por se tratar de um primeiro contato com a região, passei a buscar de forma aleatória algum gîte que se localizasse no departamento Pyrénées-Atlantiques, ao lado Béarn. Além da localização, o outro critério era a indicação de que houvesse na propriedade alguma atividade agrícola ou pecuária.

Assim, o primeiro gîte rural pesquisado localiza-se na *commune* de Laroin. Pequeno “vilarejo”¹² com apenas 973 habitantes.

Saindo de Paris, foi realizado o trajeto de carro¹³, opção relevante melhor conhecimento do território francês¹⁴.

Era final do mês de dezembro de 2012. Parto tentando controlar minhas pré-noções com base na boa sociologia durkheimiana sobre o rural que estava por vir. Mas, mesmo assim, confesso que ainda permanecia aquela ideia de que iria estar próxima das vacas ou outros animais, comer verduras colhidas na hora. Afinal, apesar de ser inverno,

¹⁰ O surgimento de um desejo pela vida camponesa imaginada aparecerá na publicação de obras não-acadêmicas que visam ensinar aos futuros ou já instalados neo rurais como fazerem. Duas obras deste tipo chamaram minha atenção aqui na França. Um vendido num posto na beira da estrada que atravessa o país, intitulado *Quitter la ville et changer de vie* (2009), de Frabçoise Juéry e Pascoale Maes, outro apresentado na televisão, *Vivre (comme) a la campagne: du rêve à la réalité* (2011) tradução da obra inglesa produzida por Dick e James Strawbridge, apresentador de televisão britânico e ambientalista.

¹¹ Informações disponíveis no site: <http://www.gites-informations.fr/gites.htm>. Acessado em 16/04/2013.

¹² Em francês o termo utilizado para definir esses espaços rurais é *village*.

¹³ São 750 quilômetros de distância por rodovias em excelente estado de conservação e sinalização.

¹⁴ Do ponto de vista de acessibilidade turística, é possível chegar a região por trem e por via aérea. Todavia, chega-se à cidade de Pau, a maior da localidade, onde o mais indicado é alugar um veículo, pois, seguindo em direção à fronteira com a Espanha, são todas pequenas cidades com pouco transporte urbano.

não nevava ainda naquele período. De fato, em alguns momentos, meu imaginário se aproximava daquele « vendido » pelo site: lugar autêntico, proximidade com a natureza, patrimônio preservado, etc.

Após uma parada no caminho, chegamos no período da tarde no gîte. A proprietária, madame A.M. já havia nos telefonado no dia anterior para saber o horário de chegada. Ao saber que chegaríamos entre 15h00 e 16h00 nos avisou que sua filha e seu marido nos aguardariam no local.

Depois fui descobrir que esse tipo de atitude se deve à regra explícita, exigida pelas normas de acolhimento ditadas pela Federação aos associados de que o proprietário esteja lá para receber o visitante, como parte importante para o processo criação de um ambiente mais acolhedor e personalizado entre as partes.

Ao chegarmos ao destino, fomos recebidos pela filha de 21 anos de AM. Ela nos mostrou todos os cômodos do gîte: uma casa de dois andares, com três suítes, sendo duas no andar de cima, uma cozinha acoplada à uma mesa de jantar para seis pessoas e uma pequena sala de televisão aberta para este espaço. A cozinha toda equipada, com geladeira duplex, fogão elétrico, cafeteira elétrica, exaustor, torradeira, além de todos os utensílios básicos, como louças, talheres e panelas.

Tudo com muita simpatia, tendo nos oferecido alguma coisa para beber (um suco ou uma cerveja), embora, tenhamos recusado pois precisávamos ir ainda até um supermercado mais próximo para abastecermos a geladeira. Já eram 16h00 e nesse período escurece muito cedo, por volta das 17h30. Depois, vendo os papéis à disposição dos hóspedes, entendemos que vendem as bebidas, assim, não sei se teriam cobrado pela oferta. De todo modo, fiquei sabendo que a mãe, responsável oficial pelo gîte, estava trabalhando fora e que ao chegar iria ao nosso encontro.

Aqui cabem algumas observações: duas hipóteses iniciais de pesquisa começaram a parecer nulas nesse primeiro dia. Uma de que os gîtes rurais garantem a manutenção da agricultura em complementariedade com o turismo. Não era possível visualizar nenhuma atividade lá. A área mesmo da propriedade era bastante reduzida, não passando de 2.000m². Outra, de que o turismo permitiria a permanência da mulher no campo sem necessidade de dupla atividade fora.

Laroin, por sua vez, me aproximava um pouco do termo *village*, sem tradução para o português. Suas casas bastante parecidas, ruas estreitas, uma igreja na parte central

do vilarejo, ao lado de um pequeno espaço comercial me remetiam para um cenário diferente do urbano conhecido em Paris, mas também nada próximo do rural ao qual estou “acostumada” a vivenciar no Brasil. Para ser bastante simplista, as ruas todas asfaltadas já desconstruíam meu conceito, etnocêntrico confesso, do rural.

Por volta das 20h00 estávamos jantando quando A.M. bateu à nossa porta. De cabelos curtos pretos, muito parecida com a foto que utilizava para divulgação do gîte, uns 50 anos e bastante agasalhada pois estava frio lá fora. A convidamos para se sentar conosco, mas recusou, dizendo de maneira muito gentil que viera apenas nos “trazer a sobremesa”. Deu-nos uma torta típica chamada *tourte des Pyrénées* e uma pequena garrafa de vinho branco de *Jurançon*, produto também emblemático daquele *terroir*¹⁵.

Esse dom era o gesto que mostraria as boas vindas e, ao mesmo tempo, garantia ao proprietário o título de “bom e generoso” anfitrião. Ao estar isento da troca mercantil, embora provavelmente esteja nos cálculos dos custos da hospedagem, o gesto gera no hóspede a necessidade da dádiva em retorno, podendo deixa-lo desconfortável por não ter trazido algo que representasse seu país ou cidade para retribuir ao presente.

E essa retribuição não é algo que se compra na região visitada, mas deve ser algo que lembre o local de origem do visitante, dando-se em retorno com a coisa dada e sentindo em pé de igualdade simbólica com o doador inicial ou acima, dependendo do que é ofertado.

Na pesquisa sobre os *chambres d’hôtes*, cujas normas são bastante similares às dos gîtes, com a diferença de serem quartos alugados na propriedade, Giraud (2007) aborda essa questão da reciprocidade através da ideia de transformação do “turista em amigo”. Um de seus entrevistados afirma que é comum os turistas deixarem alguma lembrança nos quartos, numa clara tentativa de reciprocidade pelo acolhimento recebido.

De fato, esse primeiro encontro é o início das normas explícitas com intuito de satisfazerem às exigências e às demandas por um turismo de “autenticidade, de convivialidade, de natureza e de descoberta”.

Neste primeiro dia, os sentimentos se misturavam entre o contentamento de enfim estar em campo e os questionamentos, bastante confusos, do que significavam todas

¹⁵ Como alerta Parpet-Garcia (2009, p.14) a noção de *terroir* é “um termo francês impossível de ser traduzido para outra língua, afinal, é bastante específico social e historicamente, evocando tanto qualidades do solo, do clima, quanto práticas tradicionais legitimadas juridicamente” (tradução minha).

aquelas coisas. A casa estava bastante limpa, os quartos arrumados. Ainda que alguns objetos utilizados para decoração quisessem conotar uma relação com as atividades agrícolas, como uma espiga seca de milho pendurada logo abaixo da escada que levava para o andar superior, tudo parecia apontar ao estilo urbano de moradia.

Entendi porque para Urbain (2008) os gîtes não passam de uma ilusão de fachada de um rural perdido no tempo, afinal serão, cada vez mais, equipados de todo conforto e com símbolos similares aos dos ambientes citadino.

Mas, é preciso lembrar que as normas não são criados pelos moradores do campo, mas sim pela Federação cujos interesses são o de atrair aos citadinos. Na prática, desejam estar no campo como se estivessem em “casa”. A representação que possuem do campo estaria no acolhimento caloroso recebido, na paisagem rural e nas possibilidades de caminhadas, esquiar ou outras atividades em espaço aberto. Mas, na hora de se isolarem da rede de sociabilidade e descansarem, anseiam por um espaço que os deixe com a sensação de “estarem em casa”. Compreendendo esse anseio, os gerenciadores do selo declaram abertamente sua preocupação com a oferta “das melhores condições de acolhimento e conforto”.

Para classificar o grau de conforto, os gîtes serão classificados através de quantidade de espigas de milho pela Federação, seguindo um modelo bem próximo ao de estrelas utilizado pela rede hoteleira “tradicional”. Indo de uma até quatro, o número de espigas representa o acesso aos bens de consumo, tamanho dos cômodos da casa, acolhimento e paisagem colocadas à disposição dos hóspedes.

Sendo assim, compreendemos que a decoração, os banheiros “modernos” ao estilo citadino, não aparecem como um modelo alternativo de hospedagem no sentido material. A especificidade deste segmento turístico reside na intenção do formato de “sociabilidade comercializada”, composto por normas explícitas e implícitas.

Na manhã seguinte, A.M. veio ao gîte com as mãos repletas de folders e outros papéis de divulgação turística da região. Bastante desinibida e falante, quer saber se estamos bem alojados e sem que tivéssemos perguntado, de maneira bastante pragmática, descreve toda sua composição familiar.

Conta-nos que reside com o marido na casa ao lado. Mãe de três filhas. A mais velha com 31 anos, mãe do menino que eu havia visto pela manhã em sua casa. Outra tem 28 anos e era a única que não se encontrava lá nesse período de festas de final de

ano. Por fim, a caçula, era a que havia nos recepcionado no dia anterior, estudante e residente em Bordeaux.

Tentando compreender a questão da pluriatividade, indaguei se ela trabalhava fora. Contou-me que sua principal ocupação eram os *chambrés d'hôtes* e o gîte. Disse que fazia “bicos” numa farmácia, manipulando remédios. Contou que trabalha com hospedagem há 20 anos e que, no início, eram apenas os *chambres d'hôtes*, e que somente depois incorporou a ideia dos gîtes¹⁶.

Apesar de aparecer no material de divulgação do site segurando uma berinjela nas mãos e ao fundo uma foto do marido com roupas de agricultor cultivando uma pequena horta, minhas impressões iniciais se confirmaram: não havia nenhuma atividade agropecuária na propriedade de A.M.

Dias depois quando, após identificar minha pesquisa, A.M. declarou que Laroin já foi um *village* de agricultores, mas que, devido à proximidade de Pau, maior cidade da região há apenas 20 km, e à instalação de grandes indústrias na proximidade, fizeram com que a opção pela agricultura se reduza a um agricultor dono de um viveiro de mudas na localidade. Mudas, aliás, de caráter mais paisagístico do que produtivo, indicando claramente a finalidade de decoração dos jardins. Laroin é, portanto, uma espécie de pequena “cidade dormitório”.

Todavia, ainda apresenta vínculos históricos com os ancestrais moradores. A.M. e seu marido, por exemplo, cresceram na região. A casa onde moram e o gîte eram da família do marido. O gîte é resultado da reforma e ampliação da antiga residência dos pais do marido e a casa onde habitam era o antigo curral onde ficavam as vacas.

Nas redondezas estão ainda vários parentes dos dois. Irmãos e irmãs permaneceram na localidade, ainda que trabalhem de forma assalariada em cidades vizinhas. A identidade com o lugar se mantém através da manutenção dos vínculos de parentesco e na história de transformações decorrentes da industrialização da região.

Como na placa de indicação de gîte aparecia a palavra “gîte rural”, fui à sede regional da Federação dos Gîtes localizada em Pau. Para minha surpresa, ao indagar

¹⁶ Interessante destacar que a *Federation Nationale des Gîtes* é a responsável pelo controle dos dois selos: *chambres d'hôtes* e gîtes. No caso de optar pelos dois formatos, pode-se utilizar a mesma casa, mas deve-se cadastrar os dois selos junto à *Federation* o que resulta no pagamento de duas taxas anuais referentes aos mesmos.

sobre como identificar os gîtes onde há atividade agropecuária em andamento, a funcionária afirmou não saber me informar.

Doravante, ao analisar o material de divulgação impresso recebido durante a visita, descobri que adotam o símbolo de uma galinha para indicação deste tipo de pluriatividade. O fato da funcionária desconhecer isso parece indicar a pouca relevância dada, atualmente, pelo selo para a manutenção pessoas no campo com alguma atividade agropecuária.

Ciente deste tipo de indicação, segui para minha segunda viagem de campo em março de 2013. Selecionei um gîte mais ao sul de Laroin e, portanto, mais distante de cidades maiores.

Hospedei-me no gîte de B. em Louvie-Juzon. Vilarejo com 1.113 habitantes, localizado em meio às montanhas dos Pyrénées.

Desta vez, pude interpretar como, no caso da coexistência de atividades agropecuárias combinadas com recebimento de visitantes, a família reorganiza a divisão sexual do trabalho na propriedade.

A propriedade habitada por um casal na faixa dos 50 e poucos anos, possui 41 cabeças de cabras leiteiras, além de 45 de cabras para lã¹⁷. Além disso, fabricam o queijo de cabra, vendido diretamente na propriedade e no mercado na cidade de Nay, às terças e sábados, distante 20 km de lá.

Também havia uma loja onde eram comercializados os produtos fabricados com a lã das cabras: cobertores, gorros, boinas, blusas e luvas.

Dispostos a participar de um mercado extremamente competitivo, irão, dentre as alternativas visualizadas, adotar a opção da venda direta de seus produtos aos consumidores. Além dos queijos e das vestimentas e cobertas produzidas à partir da lã de cabras, verão, no desejo dos cidadãos de usufruir parte de seu tempo livre no campo, a possibilidade de serem eles mesmos, anfitriões e “produtos turísticos”.

A tendência analisada da separação de tipologias de trabalho segundo gênero, com tendência de que homens cuidem dos animais e as mulheres de tarefas relacionadas à nutrição e educacionais apareceu na propriedade visitada. (BARTHEZ, 1984)

Ao saberem de minha pesquisa, foi o marido que se dispôs a mostrar os tratos diários com os animais e a propriedade como um todo. No estábulo ao lado da residência

¹⁷ Para a obtenção da lã possui a raça Angora, importada do Texas via Montreal para França.

do casal, ficam as cabras para obtenção do leite. Toda a produção é destinada para fabricação dos queijos, cuja preparação é tarefa da esposa.

A ordenha mecânica é realizada duas vezes ao dia, pela manhã e ao final da tarde. Mais de uma vez, o marido demonstrou ampla compreensão do cenário agrícola da União Europeia. Ex-funcionário de uma grande empresa fabricante de helicópteros na região, na qual atuava como desenhista de hélices, mostra-se satisfeito com a opção de retorno ao campo. Embora, afirme ganhar três vezes menos que antes.

Opção tomada há 25 anos, quando vieram os filhos. Todavia, não deixa de reclamar pela desvalorização dos preços dos produtos agrícolas na França, o que os coloca à mercê dos subsídios europeus. Além disso, reconhece que a possibilidade de viver e trabalhar em sua propriedade só foi possível devido à herança da propriedade pela esposa.

Esta consciência fica explícita quando afirma terem planejado desde o início pelo beneficiamento de toda produção na propriedade. Desta maneira, conseguem certa independência em relação aos laticínios e as constantes variações nos preços. A estratégia da fabricação e venda direta do queijo estava formatada pelo casal desde o início.

A divisão das tarefas também. Fabricar e vender o queijos de cabra é atividade da esposa. Além disso, os cuidados e atendimento aos turistas também são sua responsabilidade.

As cabras para fins de obtenção da lã são cuidadas pelo marido. Tosadas duas vezes ao ano, em fevereiro e em agosto, têm toda a lã utilizada para fabricação de produtos artesanais pela esposa. Os produtos artesanais da lã de cabra possuem preços elevados, não sendo de fácil venda. Por este motivo, cientes também de que são produtos que não se compra em quantidade, todo ano, nos últimos meses próximo às festas de Natal (e época de cria dos animais), o marido viaja à Bordeaux para vendê-los.

Quando se trata de sair da propriedade por períodos curtos, é a esposa que se encarrega da venda dos queijos no mercado em Nay, mas no caso de períodos maiores é o marido o responsável pela viagem.

No caso dessa estadia, como o casal passa o dia ocupado com as tarefas da propriedade, a preocupação em agradar aos turistas me pareceu bem menos prioritária como no primeiro caso, cujo gîte era a atividade principal da mulher. Muito mais

complementar, B. coloca-se à disposição, mas pouco se preocupa em “divulgar as qualidades de seu pays”, com seus produtos *terroir*. Com exceção, é claro, de seu queijo.

Antes de partir comentei da imensa beleza da paisagem da varanda do gîte, da qual se vê as montanhas dos Pyrénées. Para minha surpresa, B. foi bastante sincera e afirmou que para ela que vive lá todo dia, já se acostumou.

A feminização da oferta turística: novo cenário com antigas representações de gênero

Rose-Marie Lagrave (1983) fez um balanço das pesquisas nas ciências sociais, apesar da enorme diversidade de abordagens e metodologias, sobre as agricultoras na França se questionando se estas não teriam oscilado entre duas posições extremas: uma que as perceberia como inteiramente negadas e dominadas, outra que as coloca com uma autoridade dificilmente encontrada em situações de trabalho diferenciadas¹⁸.

A unidade de produção encontrada se reduzia ao casal, já na faixa dos 50 anos de idade, com filhos jovens estudando ou trabalhando fora. Ainda que não possamos afirmar algo sobre um possível retorno destes jovens ao campo, é perceptível a valorização do capital educacional e o desejo compartilhado pela família de tentar novas oportunidades de vida. Importante destacar que, por exemplo, no caso das famílias de viticultores pesquisados por Bessière,(2010) a alta escolaridade dos filhos é a principal responsável por mudanças nas práticas de produção e comercialização dos produtos¹⁹.

De todo modo, se os filhos tiveram a oportunidade de sair, a opção para viver do trabalho na propriedade foi declarada como uma forma de poder vivenciar a criação dos filhos pequenos. Nos dois casos pesquisados neste trabalho, o casal afirmou que a reabilitação do patrimônio familiar se deu devido à chegada dos filhos(as).

¹⁸ Apesar da quantidade de produções, trata-se muita mais de resultados de trabalhos empíricos que de estudos teóricos sobre o tema. A única exceção, segundo Lagrave (1983) seria a obra de Alice Barthez (1982), *Famille, travail et agriculture*.

¹⁹ O mercado de vinho francês é extremamente relevante para compreensão deste tipo de questão. Recordo-me de ter assistido à um documentário na televisão francesa sobre uma família viticultura, cujo filho, em vias de assumir o controle da produção da propriedade da família, opta pela melhoria da qualidade do vinho. Para tanto, decide sacrificar vários cachos de uvas de sua produção, a fim de que as restantes produzam um vinho de melhor qualidade. O desgosto e desconfiança do pai ao ver o que para ele “era um verdadeiro desperdício da produção” transparecia o conflito geracional que novas práticas colocam em jogo quando implementadas.

Sobre a questão das mulheres no espaço rural, Alice Barthez (1983), em seu artigo intitulado *Le travail familial et les rapports de domination dans l'agriculture*, deixa claro seu objetivo de analisar a questão à partir do ponto de vista da opressão feminina. Para a autora, análises que enfocam a condição feminina apresentam conotações naturalistas e não sociais.

Uma colocação bastante relevante feita por Barthez (1983, 1984) destaca que, ainda que as transformações na agricultura sejam inúmeras, a agricultura familiar nas sociedades industriais não se coloca da mesma maneira que a organização social com processo de produção análogo ao industrial, afinal a agricultura não se transformou em trabalho assalariado, mesmo que esteja integrada à mesma.

Compreender os significados da inserção dos visitantes junto à propriedade dos agricultores traz ao debate a questão não apenas das transformações das relações de trabalho, mas sim, na organização da família e os papéis desempenhados por cada um de seus membros.

A combinação turismo e agricultura não retira o princípio básico de que, na agricultura familiar, trabalho e esfera doméstica se mesclam, afinal, permanece a lógica na qual não se passa de um grupo social à outro delimitando as fronteiras destes ambientes. Para atender aos turistas, a mulher não sai de seu espaço de moradia e trabalho, mas, ao contrário, assume mais uma responsabilidade que a obriga a reorganizar a ocupação de seu tempo.

É durante o período da cria de suas cabras, quando a produção de leite para fabricação de queijos fica bastante reduzida, que o marido de B. aproveita para tentar vender a produção de produtos artesanais feitos a partir da lã de suas cabras angorás em Bordeaux. Cidade há, aproximadamente, 250 quilômetros da propriedade.

O turismo aparece nesse cenário como mais uma opção de geração de renda, mas, assim como as atividades agropecuárias, dependente também da demanda turística. Demanda esta que pode variar por fatores diversos: desde condições climáticas, como períodos de chuvas intensas e/ou temperaturas altas ou baixas demais e das épocas de férias escolares e/ou trabalhistas. Atualmente, devido à facilidade maior das viagens

internacionais, fica mais fácil haver variações de períodos de férias entre os turistas de diferentes países²⁰.

Do ponto de vista da lógica do trabalho, vale lembrar que, como nos mostra Barthez (1983), foi o recenseamento francês de 1955, o primeiro a separar os membros da família entre trabalhadores permanentes (*travail en permanence*) e trabalhadores a tempo parcial (*travail à temps partiel*). Naquele momento, as esposas que não declarassem exercer outra atividade fora da exploração agrícola eram classificadas como “ativa em tempo completo”, ainda que se ocupasse apenas dos afazeres domésticos.

Em 1963, numa tentativa de incluir o valor de trabalho segundo os moldes do trabalho assalariado é realizada a separação entre trabalho doméstico e trabalho agrícola. Esta separação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo torna explícita a divisão hierárquica do trabalho entre os sexos ao transformar as atividades tipicamente femininas como trabalho não produtivo e, portanto, sem valor monetário.

A partir deste momento, “é a relação familiar que é negada como relação social do trabalho na agricultura, todavia organizada como estrutura familiar de produção” (BARTHEZ, 1983, p.25)²¹.

Nesse sentido, a opção pelos gîtes, além de viabilizar a renovação e valorização do patrimônio da família, através da recuperação de espaços antes abandonados, aparece como uma estratégia, tipicamente feminina, de solucionar o não reconhecimento social dos trabalhos domésticos. Ao realiza-los, não mais apenas em seu local de habitação, executa a limpeza e organização da casa reservada aos hóspedes, os quais pagarão pelos serviços.

Nalguns casos, ofertará, à preço de mercado, refeições aos mesmo, caso o desejem e reservem com certa antecedência. Lençóis e toalhas também poderão ou não estar incluídos no preço da hospedagem. Cabe ao visitante optar por levar seus próprios ou aluga-los na propriedade anfitriã. Sempre com preços bastante elevados nesse caso. O aluguel de uma toalha, por exemplo, gira em torno de 10 euros.

Ao ingressar na atividade e acompanhar as normas ditadas pela Federação a mulher obtêm uma percepção clara da valorização monetária de seu trabalho, que agora

²⁰ Por exemplo, no caso francês as férias escolares ocorrem durante os meses de verão, julho e agosto e, no caso de Paris, duas semanas intercaladas após intervalos de dois meses. Esta última variável conforme a região da França.

²¹ Tradução da autora.

passa a ser representado não mais como trabalho doméstico, mas como “trabalho no setor de serviços”.

Todos os contratos dos gîtes imputam como norma aos turistas a opção de, antes da partida, realizarem eles mesmos a limpeza ou, caso prefiram, deverão pagar uma taxa pela limpeza do espaço. Geralmente, uma quantia em torno de 40 ou 50 euros.

Ainda que a atividade turística gere recursos monetários extras ao reconhecer atividades similares às atividades domésticas não valorizadas no espaço dos hóspedes, aparece na representação local como “coisa da mulher”²².

Se no cenário da propriedade agrícola a mulher aparecia como uma simples “ajuda familiar”, quando sai para buscar ampliar os rendimentos que serão, senão totalmente, ao menos parcialmente para a reprodução da família, muitas vezes investidos na produção da propriedade familiar, sua anterior “ajuda” torna-se ausente, levando alguns pesquisadores a adotarem o termo masculinização do espaço rural francês.

No caso do turismo na propriedade, esses mesmos pesquisadores irão desqualificar a prática utilizando o termo “amenidades rurais”, conotação de algo fútil e espécie de passa tempo.

Precisamos lembrar que estas qualificações não são neutras. Como mostra Bourdieu (2008) através dos atributos estão implícitas competências, poderes, privilégios, prerrogativas. Segundo Lagrave (1983), quando se usa o termo de “chefe da propriedade” fala-se também em atributos sociais com qualidades positivas, como autonomia e competência para gestão.

Definidas em relação à sua condição de esposas e conforme duração do tempo despendido com as atividades agropecuárias, as mulheres têm seus outros trabalhos, fundamentais ao andamento das atividades tidas como produtivas, desmerecidas. O exemplo dado por Lagrave (1983) para ilustrar esse tipo de caso é quando as mesmas fazem as refeições para os trabalhadores agrícolas. Segundo as normas de classificação, elas devem ser inseridas na categoria “agricultora em tempo parcial”, afinal, preparar as refeições é tido como algo “natural” e não trabalho produtivo. Assim, práticas gastronômicas seriam vistas como o prolongamento de suas atividades domésticas.

²² Em outra experiência de campo noutra região francesa, ao visitar um produtor de vinho que realiza a venda direta aos turistas, indaguei sobre o gîte rural que havia em sua propriedade. O mesmo sequer soube me informar o preço, afirmando que era coisa de sua esposa. Em todos os casos visitados de gîtes, os mesmos estavam no nome da mulher.

Duas alternativas aparecem para as “esposas dos agricultores”: ou saem para trabalhar fora, ou se especializam no trabalho doméstico criando situações onde seriam elas as responsáveis pela gestão. Uma das conclusões de Lagrave (1983), sobre as produções acadêmicas, é a percepção comum de que a divisão sexual do trabalho na agricultura se funda em dois princípios: a separação de tarefas entre homens e mulheres e a complementariedade entre certos trabalhos que formam o casal-proprietário (*couple-exploitant*), cujo funcionamento só pode ser entendido no sistema de relações sociais que lhe dão significado, isto é, a família camponesa.

Permeando a questão do casamento está a importante questão da transmissão do patrimônio familiar. Por este motivo Bourdieu vai dizer que antes os casamentos eram realizados entre famílias e no momento da decadência camponesa em relação aos valores urbanos, o celibatarismo masculino torna-se uma questão social extremamente inquietante para se pensar na sucessão das propriedades.

Se sair para buscar alternativas de empregos assalariados fora da propriedade pode ter sido uma opção de reconhecimento e valorização de seu trabalho, por outro lado, tal contexto não é isento da geração de conflitos. Para Champagne (2002), ao vivenciarem o tempo de trabalho assalariado as esposas passam a desejar e a cobrar de seus maridos o mesmo formato de ocupação do tempo dos assalariados. Um dos desejos, por exemplo, é o do direito à férias. Tempo livre praticamente inexistente nas atividades agropecuárias. Conflitos que, conforme dissemos anteriormente, podem resultar inclusive no fim do casamento.

Mantém-se assim a dominação masculina quando, ainda que importante para a reprodução familiar, o turismo aparece vinculado às atividades agropecuárias, esfera que tende a privilegiar o homem como “chefe da propriedade”²³.

Nos dois casos visitados para essa pesquisa, após ter identificado a existência dessa pesquisa, ouvi das mulheres que eu deveria conversar com seus maridos para entender melhor o contexto da propriedade e da agricultura. Isso deixava claro que, falar de agricultura ainda é visto como uma esfera masculina, do chefe da propriedade.

Conforme demonstrado por Lagrave (1983), em geral, quando nos dados oficiais as mulheres aparecem na qualidade de chefes da propriedade são viúvas, divorciadas ou

²³ Segundo dados apresentados por Barthez (1983, p. 27), são recenseados como chefes da propriedade “aqueles que asseguram a gestão cotidiana da propriedade”, sendo, na França da década de 1980, 90% eram homens.

solteiras, ou seja, “não-esposas”. Todavia, segundo a autora, a questão desses estados civis femininos ainda não foram devidamente pesquisados, impedindo conclusões sobre suas implicações, afinal, podem representar, tanto o declínio para essas agricultoras ou, ao contrário, em conquista de melhor posição social e econômica devido ao status de “chefe da propriedade”.

Embora a divisão hierarquizada que valoriza muito mais o trabalho masculino no âmbito familiar, os gîtes rurais aparecem como uma forma de criar valor econômico ao trabalho doméstico. Por outro lado, parece responder ao anseio feminino de uma vida com uma rede de sociabilidade maior e em contato com o ambiente urbano.

Portanto, se, por uma lado, a inclusão da atividade turística na propriedade do casal sob os cuidados, geralmente, da esposa, podem aparecer como uma forma de minimizar esses conflitos resultantes de sua saída para trabalhar, todavia, acredito que o mesmo ainda não consiga alterar o imaginário masculino sobre papel dominado da mulher.

Conclusão

A possibilidade da abertura de gîtes rurais se coloca porque politicamente lhes é dada a opção. Idealizados pelos e para os citadinos, os formatos de turismo no espaço rural irão criar uma fórmula onde a combinação entre os símbolos de conforto da cidade, como luz, água quente, aquecedor, máquina de lavar louça e roupa, cafeteiras, televisão, dvd com as imagens positivas que possuem do campo: natureza, silêncio, animais, agricultura, liberdade e felicidade parecem ser o segredo de seu sucesso na França.

Além da comercialização da hospedagem, compra-se, neste segmento turístico, um modelo ideológico da família e do trabalho agrícola onde não há espaço para a vida real, com seus desgostos, conflitos, dificuldades e relações de hierarquia entre os sexos. Imaginário de modo de vida construído para e pelos citadinos que veem no mesmo uma opção agradável para desfrutarem do tempo livre do trabalho.

Tudo se passa como se não houvessem todos os problemas enfrentados para permanecer na agricultura e como se na esfera doméstica a vida no campo não apresentasse conflitos e dificuldades, afinal, a própria família é um dos principais atrativos comprados pelos visitantes.

Obviamente, temos consciência de que a discussão, além de recente e incipiente, é também polêmica. Outras discussões que ultrapassam a dimensão de gênero são necessárias para se refletir sobre os impactos ideais e reais da implantação do turismo em espaços rurais (cf. ANJOS; CALDAS, 2012).

Todavia, descartar esse tipo de discussão parece-me inoportuno visto que traz ao debate questões fundamentais para o alargamento das interpretações dos espaços sociais onde, cada vez mais, pessoas anseiam residir, trabalhar e/ou passar momentos de lazer.

A posição dominada da mulher, ainda que ela acumule mais uma obrigação às suas atividades cotidianas na propriedade e para a propriedade permanece no imaginário local, reforçada pela estigmatização do turismo como incluso na categoria de “amenidades rurais”. Tal situação ocorre justamente porque reproduz na esfera produtiva o desmerecimento de práticas desvalorizadas realizadas culturalmente há muito tempo pelas mulheres.

A diferença, nesse caso, está na possibilidade de valorização de suas atividades vinda dos “hóspedes pagantes”, os quais irão elogiar sua culinária, seu patrimônio, a beleza de seu território e outras imagens construídas sobre a vida no campo.

Conciliando ambiente doméstico e produtivo, ao abrir suas portas aos turistas vindos da cidade, a mulher, ainda que mais atarefada, vê-se um pouco mais inserida na sociedade global, desejo manifesto pelas mesmas desde o início da decadência da sociedade camponesa no período pós-guerra.

Os dois casos analisados mostram também que o turismo só permitirá a permanência da mulher no campo sem necessidade de dupla atividade fora quando realizado em complementariedade à outras atividades na propriedade.

O turismo, dada a sua qualidade sazonalidade intrínseca, somado à limitação da quantidade de hóspedes que podem ser recebidos neste segmento, impedem que a atividade seja a única atividade geradora de recursos financeiros.

A adoção dos gîtes rurais, seja combinado com trabalho externo ou com outras atividades na propriedade, reforça a sazonalidade e o caráter complementar do turismo.

A dedicação dada aos turistas parece variar conforma a importância dos gîtes para reprodução social da família. A prática de atividades agropecuárias terá variações conforme a localização geográfica das propriedades, em referência à distância de cidades maiores.

Para encerrar, partimos do pressuposto de que apesar das imensas dificuldades de manutenção das pessoas no campo com exercício agropecuário, muitos, ainda que deixados à margem das grandes temáticas valorizadas pelo meio científico nas ciências sociais, vêm, cada qual a seu modo, buscando formas de solucionarem sua vontade de permanecerem no campo com qualidade de vida e em família.

Referências bibliográficas:

- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, vol. 5, nº 1, jul/dez, 2012.
- BARTHEZ, Alice. Femmes dans l’agriculture et travail familial. **Sociologie du Travail**. Travail des femmes et famille. Paris : DUNOD/ C.N.R.S., 1984. p.255-267.
- BARTHEZ, Alice. Le travail familial et les rapports de domination dans l’agriculture. **Nouvelles questions féministes** : du mouvement de libération des femmes. Labourage et pâturage : le patriarcat en campagne. Printemps, 1983. p. 19-45.
- BARTHEZ, Alice. **Famille, travail et agriculture**. Paris: Economica, 1982.
- BESSIÈRE, Céline. **De génération en génération** : arrangements de famille dans le entreprises viticoles de Cognac. Paris : Éditions Raisons d’Agir, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre/São Paulo: Zouk/ EDUSP, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 26, jun. 2006. p. 83-92. (tradução Luciano Codato)
- BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires**: crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Seuil, 2002.
- CHAMPAGNE, Patrick. **L’héritage refusé**: la crise de la reproduction de la paysannerie française 1950-2000. Paris : Éditions de Seuil, 2002.
- CHAMPAGNE, Patrick. Jeunes Agriculteurs et vieux paysans. Crise de la succession et apparition du « troisième âge ». **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Vol. 26-27, mars-avril 1979. p. 83-107.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. **Le marché de l’excellence**. Paris: Seuil, 2009.
- GIRAUD, Christophe. Recevoir le touriste en ami : la mise en scène de l’accueil marchand en chambre d’hôtes. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, nº 170, 2007. p. 14-31.
- HERVIEU, Bertrand. La multifonctionnalité de l’agriculture : genèse et fondements d’une nouvelle approche conceptuelle de l’activité agricole. **Cahiers d’Études et de Recherches Francophones/Agricultures**, vol. 11, nº 6, 2002. p. 415-419.
- HERVIEU, Bertrand ; VIARD, Jean. **Au bonheur des campagnes (et des provinces)**. Paris : Éditions de l’Aube, 1996.
- KAYSER, Bernard. **Ils ont choisi la campagne**. Paris : Éditions de l’Aube, 1996.

- JUÉRY, Françoise ; MAES, Pascale. **Quitter la ville et changer de vie**. 2^a ed. Paris : Marabout, 2009.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Bilan critique des recherches sur les agricultrices en France. **Études Rurales**, n° 92, octobre-décembr 1983. p. 09-39.
- MARESCA, Sylvain. Le théâtre de la profession. Le controle collectif de l'installation des jeunes agriculteurs. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Vol. 65, novembre 1986. p. 77-85.
- RÉMY, Jacques. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol.12, n. 1, 2004. p. 05-50.
- STRAWBRIDGE, Dick; STRAWBRIDGE, James. *Vivre (comme) a la campagne: du rêve à la réalité*. Paris : Larousse, 2011.
- TILLY, Louise A.; SCOTT, Joan W. **Les femmes, le travail et la famille**. Paris : Petite Bibliothèque Payot, 2002.
- URBAIN, Jean-Didier. **Paradis verts** : désirs de campagne et passions résidentielles. Paris : Éditions Payot & Rivages, 1998.
- WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 26, jun. 2006. p. 13-29.